

ATA DA 10ª REUNIÃO DO GRUPO TÉCNICO DA COBRANÇA E ATA DA 13ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NO BIÊNIO 2011-2012

Aos nove dias do mês de maio de 2012, às 09h00, realizou-se a 10ª reunião do Grupo Técnico da Cobrança (GT-COBRANÇA) e a 13ª reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação (CT-PA) Biênio 2011-2012, do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí e Peixe, na sede da sua Secretaria Executiva (DAEE), na cidade de Marília-SP. O Sr. Rafael Carrion Montero, representante do DAEE e coordenador do GT-COBRANÇA e da CT-PA, iniciou dando boas vindas aos presentes e apresentando a pauta da presente reunião, explicando que o seu objetivo é trazer as discussões da cobrança para a Câmara Técnica. Dando prosseguimento, o Sr. Rafael apresentou as propostas dos coeficientes ponderadores de captação e lançamento, valores e mecanismos da cobrança, discutidas pelo GT-COBRANÇA em suas nove reuniões realizadas entre os anos de 2011 e 2012. Relatou que para o coeficiente ponderador de captação **X1**, que leva em consideração a natureza do corpo d'água, o GT propõe que seja adotado o valor **1,0, tanto para captações de água superficial como subterrânea**; Para o coeficiente ponderador **X2**, definido pela classe preponderante do curso d'água captado ou derivado, os valores propostos foram de **1,1 para classe 1, 1,0 para classe 2, 0,90 para classe 3 e 0,80 para classe 4**; Para o coeficiente ponderador **X3**, que avalia a disponibilidade hídrica da bacia, foram propostos os valores **1,2 para bacia declarada crítica e 1,0 para bacia não crítica**. Para o coeficiente ponderador **X5**, que consiste na existência de medição para o volume captado ou derivado, foram propostos os valores **1,1 para usos sem medição e 0,9 para usos com medição**; Para o coeficiente ponderador **X7**, relacionado com a finalidade de uso, os valores propostos foram de **1,0 para sistema público, 1,1 para solução alternativa e 1,0 para industrial**. Para o coeficiente ponderador **X13**, que leva em conta a transposição de água entre bacias, foram propostos os valores **1,2 para captações com transposição e 1,0 para captações com transposição não existente**. Após expor os coeficientes de captação, passou à apresentação dos coeficientes ponderadores de lançamento, relatando que para o coeficiente **Y1**, relativo à classe de uso preponderante do corpo d'água receptor, foram propostos pelo GT os valores **1,0 para classe 2, 0,95 para classe 3 e 0,90 para Classe 4**. Para o Coeficiente Ponderador **Y3**, que leva em conta a carga lançada e seu regime de variação, calculado em função da percentagem de remoção (PR) de carga orgânica (DBO5, 20) pelos sistemas de tratamento de efluentes, foram propostos os valores de **0,7 para PR maior que 95% de remoção, 0,8 para PR maior que 90% e menor ou igual que 95% de remoção, 0,9 para PR maior que 85% e menor ou igual que 90% de remoção, 0,95 para PR maior que 80% e menor ou igual que 85% de remoção e 1 para PR igual a 80% de remoção**. Para o coeficiente ponderador **Y4**, que leva em conta a finalidade do uso, foram propostos os valores **1,0 para Sistema Público, 1,0 para Solução Alternativa e 1,0 para Indústrias**. Encerrada a apresentação dos Coeficientes Ponderadores propostos pelo GT, não havendo comentários e manifestações, os valores foram aprovados pelos presentes. Na sequência, o Sr. Rafael iniciou a apresentação das propostas dos Preços Unitários Básicos (PUBs) feitas pelo GT, de forma que para o **PUB de Captação** o valor proposto foi de **R\$ 0,01 (um centavo de real)**, para o **PUB de Consumo** o valor proposto foi de **R\$ 0,02 (dois centavos de real)**; e para o **PUB de Lançamento** o valor proposto foi de **R\$ 0,10 (dez centavos de real)**, que foi aprovado pelos presentes sem qualquer manifestação. O Sr. Rafael iniciou então a apresentação dos mecanismos propostos pelo GT para a cobrança no CBH-AP, iniciando pelos valores dos ponderadores dos volumes captados outorgados (Kout) e medidos (Kmed), lembrando que essas variáveis são usadas no cálculo do volume de água a ser cobrado, caso o usuário tenha dispositivo de medição. Relatou que o **Kout** recebeu o valor de **0,3** e o **Kmed** recebeu o valor de **0,7**. Com relação a progressividade da cobrança, relatou que o GT propôs que do **primeiro ao décimo segundo mês**

48 **será dado desconto no valor dos PUB's de 40%, do décimo terceiro ao vigésimo quarto**
49 **mês o desconto será de 20%, e a partir do vigésimo quinto mês, passa a ser cobrado**
50 **100% do valor dos PUB's.** Em seguida, apresentou o estudo dos custos para emissão de boleto
51 feito pela empresa IRRIGART, que seria de R\$ 26,00. Diante dessa informação, relatou que o GT-
52 COBRANÇA propôs que o valor mínimo de cobrança seja de **R\$ 50,00 (Cinquenta reais)**, e que
53 existem três situações a serem observadas no momento da emissão do boleto: **1- Quando o Valor da**
54 **Cobrança for menor que R\$ 50,00, o montante devido será cobrado do usuário de uma única vez no**
55 **ano em que, cumulativamente, atingir R\$ 50,00; 2- Quando o Valor da Cobrança for maior que R\$**
56 **50,00 e menor que R\$ 100,00, o montante devido será cobrado do usuário de uma única vez; 3-**
57 **Quando o Valor da Cobrança for maior que R\$ 100,00 e menor que R\$ 600,00, será efetuada a**
58 **cobrança com número de parcelas inferior a 12 (doze), de tal modo que o valor de cada parcela não**
59 **seja inferior à R\$ 50,00.** Encerradas a apresentação das discussões do GT-COBRANÇA foram feitos
60 breves comentários sobre os valores apresentados e não havendo nenhuma manifestação contrária,
61 os mesmos foram aprovados pelos presentes. O Sr. Rafael ressaltou que na Reunião Plenária a ser
62 realizada no dia 29/05, em Osvaldo Cruz, será feito um breve relato sobre o andamento dos
63 trabalhos do GT-Cobrança e de seu processo de aprovação no CBH-AP. Em seguida falou dos
64 próximos passos do processo de implantação da cobrança, destacando a demanda de propor um
65 Plano de Investimentos para a aplicação dos recursos da cobrança pelo CBH-AP, devendo tomar
66 como base o seu Plano de Bacias Hidrográficas, suas metas, ações e cenários. Passando ao próximo
67 item da pauta, o Sr. Carlos Eduardo fez um breve comentário sobre o processo de revisão da
68 Deliberação CRH 62/2006, que estabelece o conteúdo mínimo dos Planos de Bacias Hidrográficas. O
69 Sr. Carlos relatou a reunião realizada na cidade de Itu no dia 25 de abril de 2012 e coordenada pela
70 CRHi, explicando os objetivos da revisão, expondo as propostas de diretrizes para os próximos
71 Planos de Bacia, a metodologia proposta, os requisitos e a forma de elaboração dos relatórios de
72 situação. O Sr. Carlos Eduardo finalizou dizendo que a discussão deve ocorrer no âmbito da Câmara
73 Técnica ou de um Grupo Técnico composto especificamente para a matéria. A Sra. Suraya Modaeli,
74 Secretária Executiva Adjunta do CBH-AP, sugeriu que a Secretaria Executiva, em virtude da baixa
75 frequência de representantes dos municípios nas reuniões sobre a cobrança, agende reuniões para
76 tratar do tema junto aos consórcios de municípios existentes na área de atuação do Comitê e junto
77 a Diretoria do Comitê. Justificou dizendo que a adoção de uma estratégia que vise trazer os
78 prefeitos, informando-os e conscientizando-os sobre a cobrança antes da plenária deve ser avaliada
79 pelo Grupo, de forma a evitar conflitos e problemas no momento de aprovação da cobrança.
80 Proposta que foi aprovada por todos os presentes. A Sra. Suraya propôs ainda que os trabalhos de
81 revisão da Deliberação CRH 62 fossem conduzidos no âmbito da CT-PA, de forma a dar maior
82 celeridade ao processo, e que essas reuniões fossem realizadas em conjunto com o GT-COBRANÇA,
83 em um formato onde a manhã fosse utilizada para discussões e trabalhos referentes a cobrança, e a
84 tarde fossem trabalhadas as questões inerentes aos Planos de Bacia, e que a proposta de se criar
85 uma Câmara Técnica para acompanhamento do Plano de Bacia, fosse amadurecida durante esse
86 processo. A proposta foi então aceita por todos, e um plano de trabalho foi montado, sendo
87 acordado que as próximas reuniões seriam realizadas nos dias 20/06, 11/07 e 25/07. Diante das
88 definições, o Sr. Rafael encerrou a reunião do GT-COBRANÇA, dizendo que a CT-PA iria continuar os
89 trabalhos e convidando os membros do GT a participarem caso houvesse interesse. Iniciando a
90 segunda parte da reunião da CT-PA, o Sr. Rafael apresentou as Atas da 10ª, 11ª e 12ª Reuniões,
91 dizendo que as mesmas seriam encaminhadas para manifestações e correções. Na sequência
92 informou que não foram protocolados pedidos de revisão da pontuação atribuída as solicitações ao
93 FEHIDRO 2012, e que o Município de Guaraçaí solicitou que a Câmara reconsiderasse a sua
94 inabilitação, uma vez que a Deliberação não especifica que o protocolo da solicitação fora do horário



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí e Peixe

Rua Benedito Mendes Faria, 40a | Vila Hípica | Marília/SP | CEP 17520-520

Fone: 14 3417-1017 | Fax: 143417-1662

secretaria@cbhap.org

<http://cbhap.org/>

95 estabelecido levaria a sua inabilitação. O Sr. Rafael mostrou o Ofício/CBH-AP/100/2012 encaminhado
96 em resposta pela Secretaria Executiva, esclarecendo que o protocolo foi realizado pela CT-PA, de
97 acordo com o horário estabelecido pela Deliberação, de forma que os projetos entregues fora desse
98 horário, na sede do DAEE, não podem ser considerados no processo. Após a aprovação do Ofício,
99 iniciou-se a discussão do **Parecer CBH-AP/001 - Implantação da Unidade Industrial e das**
100 **Áreas Agrícolas da Brazil Flex Energy Açúcar e Alcool Ltda - Piquerobi/SP**. Após alterações,
101 todos os membros da CT-PA aprovaram e assinaram o Parecer que será encaminhado à Plenária
102 para apreciação. Sem mais a ser tratado, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às
103 13h:30min.